

POLÍTICA & TRABALHO

MOZART VICTOR RUSSOMANO

1. É tão evidente a vinculação que existe entre o *fato político* (como fato social) e o trabalho humano (como *fato econômico e moral*) que insistir nesse ponto parecerá, em nossos dias, reincidir em lugares-comuns e repetir superfluïdades.

Os pensadores que criaram a moderna Filosofia da História reconhecem, com ênfase, que sempre existiu um elo estreito —e também ostensivo— entre o fato político e o fato econômico e, dentro deste, o trabalho.

Seria tremendo erro de ótica supor-se que apenas em nossa época as decisões políticas passaram a ter como ponto de referência o trabalho (fato social de natureza econômica) e o trabalhador (pessoa humana).

Esse fenômeno, do ponto de vista geográfico, é *universal* e, do ponto de vista histórico, é *perene*. As condições de nossa época, a massificação dos grupos e, em consequência, o acréscimo do seu vigor, como força de coerção, apenas acentuaram, com nitidez, aquela tradicional conexão, que chegou a graus ou níveis até agora desconhecidos.

Não raro, porém, incorre-se em uma segunda ilusão de ótica: Como a Política dá formas de expressão social ao trabalho e contribui para a concretização das aspirações operárias, é possível supor-se, por evidente equívoco, que o *processo político dirige o processo trabalhista*. A recíproca é que é exata.

Os pensadores alinhados na filosofia do materialismo histórico lembram, com insistência, que o curso da vida é um movimento de *estruturas superpostas*, que se deslocam, no espaço e no tempo, tangidas pela força que —de baixo para cima— nasce das estruturas inferiores e conduz as estruturas superiores.

Nesses termos, a *super-estrutura política* move-se e transforma-se com seu ritmo de deslocamento e metamorfose determinado pelo movimento inicial ou básico da *infra-estrutura econômica*.

Aqueles que, como nós, não são marxistas e nem se podem considerar marxólogos, admitem, entretanto, tranquilamente, essa proposição e nela vêem o retrato da realidade sociologicamente comprovada.

Duas considerações, entretanto, devem ser feitas. Sem elas, aquilo que foi dito parecerá ao leitor menos avisado divulgação elementar e fútil da teoria marxista.

A primeira observação é que, nos vários elementos determinantes do movimento histórico, o fato econômico pode ser o elemento principal; está longe, porém, de ser o *único* e, até mesmo, o *básico*, isto é, a estrutura que move todas as outras estruturas sem ser movida por nenhuma delas.

A segunda acentua que a infra-estrutura econômica não é a lage de pedra em face da qual não se pode prosseguir na escavação. É possível admitir-se que, sob ela, existam outras infra-estruturas. Nas camadas superpostas da sociedade humana, sujeitas a constante movimento de evolução, há, por debaixo da infra-estrutura econômica (que, ostensivamente, comanda o processo político e social) uma *sub-infra-estrutura*, de ordem puramente ética, onde se entrechocam e saltam as forças morais do homem, como indivíduo e como pessoa. Desse humus fértil, em ebulição permanente, nascem, em última análise, as inspirações, as aspirações e as construções que aceleram, retardam e dirigem o fato econômico, o fato político, os fatos sociais em geral. Nesse sentido, “o homem é a medida de todas as coisas”.

Quem pensa nesses termos coloca-se dentro do atual pensamento humano. Vive a época *pós-Marx*, assim de-

finida por estar colocada, cronológica e cientificamente, além do materialismo histórico. Essa posição lhe permite ver o mundo através do prisma da Democracia Social ou do Socialismo Democrático e colocar-se a serviço da Justiça e da felicidade do povo, sem perda do profundo respeito à pessoa, à liberdade individual e aos direitos fundamentais do cidadão e do homem.

Isso, hoje, na nossa era. Na verdade, entretanto, todos os grandes *movimentos populares*, em qualquer tempo histórico, tiveram o trabalho por base, a política por instrumento e por alvo a felicidade humana.

2. No. II Livro do Pentateuco —nos pródromos do Êxodo— conta-se que, durante quatrocentos e trinta anos, os hebreus foram submetidos a duro regime de trabalho escravo.

Esse esmagamento das sucessivas gerações de um povo inteiro tinha vários objetivos: assegurar a produção econômica do Egito, através de mão-de-obra eficiente e barata; conservar os hebreus no cativeiro e, portanto, politicamente submissos; garantir a segurança nacional, evitando ameaças dos próprios hebreus e, se necessário, usando-os como soldados, frente a outros inimigos.

A conotação religiosa da rebeldia hebraica não escondia seu fundamento *trabalhista e político*. Os hebreus queriam a liberdade de trabalhar em proveito do seu próprio povo e aspiravam livrar-se do jugo político que os submetia à vontade unipessoal do Faraó.

As tratativas entre o Faraó e os porta-vozes dos hebreus (como massa operária escrava, em vias de libertar-se) cembra, vagamente, os avanços e recuos da moderna negociação coletiva de trabalho. Moisés e Aarão eram, respectivamente, o líder e o orador. Como representantes dos trabalhadores hebreus, encararam, face a face, o Faraó, símbolo do poder econômico sem limites e do poder político absoluto.

Por intercessão divina, nesse jogo de reivindicações e resistências, os hebreus usaram todos os meios de convencimento e pressão. Dez pragas assolaram o Egito! Eles

pediam, formalmente, o privilégio de praticar seu próprio culto, fora da cidade. Sob esse pretexto, porém, escondia-se a deliberação definitiva. A retirada seria uma fuga.

Tão pronto o Faraó consentiu, começou o Êxodo. Essa declarada recusa de execução do trabalho —considerada, algumas vezes, a primeira greve da História— foi compreendida bem cedo. Segundo o Evangelho, o próprio Faraó lamentou-se: “Como deixei que fugissem, perdendo seu trabalho, tão necessário ao meu país?”

Enquanto isso, os hebreus viam na aventura desesperada do Êxodo o caminho da libertação. Quando o trabalho es-cravo terminasse, a liberdade política seria conquistada. Essa dupla libertação estava escrita na areia do deserto. Moisés apontava, no horizonte, os frutos de ouro e os rios de mel da Terra Prometida.

3. Nos últimos três séculos anteriores a Cristo, a águia de Roma, com as garras firmemente cravadas nos penhascos da península itálica, abriu suas asas de dominação sobre o Mediterrâneo, cobrindo, logo depois, o mundo conhecido da época.

Na vida romana, desdobrou-se uma das mais longas e amargas lutas políticas de que a História tem notícia. Não era, porém, luta *do poder pelo poder*, a não ser no seu aspecto epidérmico. Raspada a crosta ostensiva, encontravam-se fatores econômicos irreversíveis, que comandavam a disputa e que, por sua vez, eram comandados por elementos de ordem ética, que propiciavam a corrupção dos costumes, a exploração do povo e o progressivo fortalecimento das oligarquias.

Os Gracco —Tibério e Caio— foram educados ouvindo, de homens respeitáveis, no convívio diário de sua casa, constantes diatribes contra a deterioração de Roma e de suas austeras tradições. Quando, mais tarde, tiveram voz ativa na política, talvez sem que o percebessem, os dois irmãos, sucessivamente, acenderam os primeiros fogos de uma incrível luta social.

Os lavradores livres, em cumprimento do seu dever militar com Roma, se viam obrigados a abandonar as pro-

priedades. Permaneciam ausentes anos e décadas, empenhados em guerras de conquista. Quando voltavam, suas plantações estavam destruídas, suas eiras vazias e seus familiares reduzidos a dolorosa pobreza. Ao contrário, os latifúndios dos patrícios continuavam bem cultivados e fartamente produtivos, graças ao trabalho gratuito dos escravos. Sem nenhum poder de resistência contra os grandes proprietários, os pequenos camponeses abandonaram tudo o que tinham. Retiraram-se para cidades próximas, onde passaram a viver nas piores condições de promiscuidade e miséria.

Tibério —o primeiro dos Gracco— eleito *tribuno da plebe*, procurou melhorar a vida dos pobres. Ressuscitando antigas leis, limitou a extensão da propriedade rural e tratou de distribuir as *terras públicas*, das quais os novos ricos se haviam apropriado.

Esse espírito de renovação social, a começar pela terra, custou-lhe a vida. Mas dez anos após a morte violenta de Tibério, Caio —o segundo dos Gracco— entrou em cena, para continuar o papel do irmão.

Caio Gracco é considerado, por alguns historiadores, o mais sábio, o mais hábil, o mais importante de todos os políticos da história de Roma. Homem de educação esmerada, conhecedor profundo do seu povo e do Estado, orador exímio (a quem Cícero admirava), Caio propôs enérgicas *leis agrárias* em favor dos camponeses e tratou de instituir, nas regiões distantes de Roma, para cultivo de terras improdutivas, as famosas “colônias de pobres”, onde se deveriam concentrar os necessitados, sob proteção do governo.

A experiência de Caio não produziu resultados práticos e, como tentativa de um “comunismo agrário”, teve o condão de despertar contra ele o ódio dos plutocratas. A idéia, porém, era legítima e sedutora. Basta lembrar que, anos depois, o experimento seria retomado por Saturnino, como *tribuno da plebe*, no consulado de Mário. Se saltarmos sobre os séculos, não será difícil, inclusive, estabelecer alguma similitude de intenções entre as “colônias dos

pobres”, de Caio Gracco, e os “falanstérios”, imaginados por Fourier, no período do socialismo utópico.

É sabido que os movimentos sociais de Roma são anteriores aos Gracco. A retirada dos trabalhadores para o Monte Aventino, no século V a.C., é um dos exemplos clássicos. Tibério e Caio, porém, homens de alta linhagem e excelente formação cultural, devem ser considerados os iniciadores das verdadeiras lutas sociais romanas, nas quais ambos sofreram o sacrifício de assassinatos brutais. Foram eles que começaram a “guerra entre ricos e pobres”, a que se refere Gugliermo Ferrero, em *Grandezza e Decadenza di Roma*.

Essa “guerra civil” se prolongou durante um século e gerou forças populares até então insuspeitadas. Uma resultante dessas forças, por exemplo, foi a glória de Mário. Segundo alguns escritores, ele nasceu nos tugúrios da Arpinata. Enriqueceu em vitórias militares e cargos públicos. Aparentado, pelo casamento, com família patricia, mas pouco nobre, Mário foi o líder do partido do povo. Depois de suas primeiras e espetaculares vitórias militares, recebeu o título de *fundador de Roma*. Esse título, anteriormente, fora outorgado, apenas, duas vezes: a Rômulo e a Camilo.

A disputa entre Mário e seu adversário Sila é outro capítulo da “guerra entre ricos e pobres”, ou seja, do combate entre o partido popular (usando as armas do escândalo) e o partido conservador (ameaçando a plutocracia com o fantasma da revolução popular). Era, pois, guerra aberta entre o proletariado e os plutocratas, entre a plebe e o patriciado. Nesse jogo de interesses opostos, Mário se viu preterido na chefia do exército romano que, no ano 88 a.C., enfrentou o rei Mitridate. Ele não tentou reativar seu prestígio junto ao povo. Caráter fraco, de ambição desmedida, usou o renome que lhe restava para uma represália armada. Vindo da África, aproveitando-se da viagem de Sila à Ásia, atacou Roma. Como salteador vulgar, mandou passar pela espada, durante dias e noites, seus adversários. Proclamou-se cônsul. E repentinamente faleceu, segundo a informação de Van Loon, abalado

pelas emoções dos últimos dias de sua vida trágica. Ao morrer, Mário havia perdido a auréola que conquistara na batalha dos Alpes.

As divergências políticas e a corrupção moral minavam o Estado. Quando o rei Mitridate derrotou as armas romanas e invadiu a Ásia, a estupefação e o pânico se generalizaram. Como se não bastasse, chegou a Roma notícia ainda mais alarmante: Pela primeira vez, explodia uma revolta social *dentro do Império*. Os banqueiros de Roma e da Ásia asfixiavam, com suas exigências, os artesãos, camponeses, mercadores e pequenos proprietários. Mitridate, com habilidade, fazia-se passar, ao mesmo tempo, como “o herói do helenismo e o exterminador da plutocracia cosmopolita”. A plebe estava exasperada pela recente condenação de Rutilio Rufo, um de seus principais protetores. Os escravos, que haviam assassinado seus senhores, tinham promessa de liberdade. Aos devedores, acenava-se com o perdão das dívidas. Os agentes revolucionários encontravam terreno fértil e agiam com facilidade. A revolta inevitável foi sangrenta. Cem mil romanos foram sacrificados, nas numerosas cidades da Ásia. Os bens foram redistribuídos, inclusive os depósitos de banqueiros hebreus (Ferrero, *op. cit.*).

O Império não parou aí. Até aí chegaram, porém, os momentos culminantes da revolta social dos camponeses, da plebe, dos escravos e da pequena burguesia. Outras etapas foram abertas. A História continuou girando sobre seus gonzos inumeráveis. As nações conquistadas por Roma foram enxarcadas de sangue. Sucederam-se assassinios políticos. Os líderes, como ainda hoje acontece, em sua grande maioria, se serviam da plebe e serviam aos patrícios. Pompeu, César, Otávio —como tantos outros— eram chefes poderosos e ostensivos. Mas, os patrícios, os plebeus e as classes intermediárias eram os verdadeiros protagonistas da luta social na Roma Antiga.

Quanto à lembrança dos Gracco, pouco a pouco, ficou ela perdida no tempo. Renasceria, entretanto, séculos depois, viva e iluminada, graças ao toque mágico da pena dos historiadores.

4. Na Idade Média, tanto no regime do *colonato* quanto da *servidão à gleba*, o sistema econômico dominante se caracterizava pelo latifúndio e o sistema político, pelo absolutismo dos *suseranos*.

O suporte da organização social, pelo menos nos primeiros períodos da Idade Média, era um regime de trabalho *sui generis*, bem definido no período da servidão: O servo, embora reconhecido como ser humano, titular de determinados direitos pessoais, estava sujeito ao controle, às permissões e aos privilégios dos senhores feudais para que pudesse praticar os menores atos da vida civil.

Sem meios de qualquer ascensão social, trabalhadores na paz e soldados na guerra, os servos estavam presos à gleba em que trabalhavam e com ela mudavam de proprietário, segundo o senhor “de barão a cutelo” que a ocupasse por herança, casamento ou conquista e em proveito do qual era transferido, automaticamente, seu juramento de fidelidade.

Não existiam, nessas quadras históricas, possibilidades lógicas de rebelião social desencadeada pela força do trabalho. Essa remota esperança só se definiria, lentamente, muito mais tarde, quando, em torno dos muros da *urbe*, agruparam-se concentrações populares.

Nesse ensejo, entretanto, as condições de trabalho se haviam alterado profundamente, em um movimento paralelo às transformações políticas da Idade Média, e começava a desenvolver-se intenso regime de artesanato, que predominou na formação dos primeiros burgos medievais.

Na verdade, o poder político unipessoal dos barões feudais perdera suas condições históricas. Não podia ser conservado ou exercido. Ferrenhas lutas os dividiam. Por outro lado, a extensão dos feudos tornava cada vez mais difícil a exploração agrícola, quer pelas condições técnicas precárias, quer pelas dificuldades de armazenamento, transporte e comunicações.

Apenas quando, ainda na Idade Média, a produção se organizou em *corporações*, a rigidez de sua estrutura e da conduta dos seus dirigentes propiciaria a rutura revolucionária do sistema de trabalho.

A corporação, como é elementar, exercia o controle eficaz e inflexível do mercado econômico e, através desse poder material, influía, de modo decisivo, nos rumos políticos da Cidade.

As corporações, internamente, amparavam-se em normas estatutárias rigorosas, articuladas para defesa dos privilégios dos mestres, à custa do trabalho dos companheiros (que nunca seriam mestres) e da sofrida preparação profissional dos aprendizes (que, na melhor das hipóteses, poderiam chegar a companheiros).

Esse espesso tegumento estatutário protegia a organização interna da corporação contra ataques externos; mas, não pôde impedir que o confronto social das classes se operasse *dentro* da própria instituição.

Temos acentuado que, nem de longe, a corporação medieval lembra o moderno sindicato operário. Como associação de produtores, sua finalidade era planejar a produção, dominar o mercado e, se possível, influir nas decisões políticas do governo.

O sindicalismo operário não nasceu com a corporação. Ao contrário, podemos admitir que se começa a vislumbrá-lo quando a corporação se aproxima do fim.

As divergências entre mestres e companheiros criaram, no regime corporativo, violenta tensão, de dentro para fora. A estrutura ruíu por uma *implosão* de natureza social-revolucionária. O movimento dos companheiros foi revolta operária, realizada em nome da liberdade de trabalho.

Quando a corporação se cindiu em *mestrias* e *companhias*, pelo menos na primeira fase do movimento, os companheiros apenas queriam o privilégio de exercer a profissão para a qual se sentiam preparados. As *companhias* foram os órgãos que esses artesãos-operários constituíram para defesa de seus interesses. O paralelismo entre *mestrias* (organizações de produtores) e *companhias* (organizações de trabalhadores livres), embora vagamente, danos, pela primeira vez, o esquema da organização sindical contemporânea.

A revolta interna que cindiu a corporação, simbólica ou teoricamente, pode representar o fim da Idade Média e o

início da libertação do trabalho com a presença progressivamente crescente do trabalhador no movimento político.

Na verdade, as corporações sobreviveram durante vários séculos da Idade Moderna. Haviam, porém, perdido, em grande parte, o vigor e a importância de outrora. A Democracia Liberal fecharia a última porta da derradeira corporação.

O espírito medieval foi morrendo aos pedaços, pouco a pouco. Há um extenso período histórico entre a rebeldia dos companheiros e o advento do liberalismo econômico e do individualismo político. Algumas vezes as transformações sociais se operam lentamente, até que a insatisfação se generalize e exploda em revolta.

5. Na nossa era, entre muitas “revoluções”, duas, apenas, merecem o nome de *revolução*, pela natureza e pelo volume das forças sociais que as provocaram e dirigiram; pelo seu conteúdo ideológico, capaz de marcar novos rumos na organização social; pelas conseqüências que geraram no plano da História: a Revolução Francesa, de 1789, e a Revolução Russa, de 1917.

No século XVIII, na França, os poderes sociais estavam profundamente divididos. A burguesia era a única força de trabalho socialmente organizada. A força política perpetuava-se nas mãos da aristocracia reinante e absolutista. Esta desfrutava os privilégios. Aquela respondia pelos encargos orçamentários do Estado.

A burguesia, socialmente organizada, e a plebe de Paris, socialmente inorganizada, fizeram a Revolução de 1789, que destruiu o poder aristocrático, fundou a Democracia Liberal e —por sua origem— passou à História como a *revolução burguesa*.

Burguesa, sim, quanto às forças originárias que a movimentaram e quanto às conseqüências práticas derivadas da teoria liberal. Nenhum movimento houve, entretanto, no século XVIII ou antes dele, de raízes mais profundamente *populares* que a Revolução Francesa.

Abandonando a concepção do Direito Divino, o regime democrático deu ao povo o poder de deliberação política,

proclamou as liberdades individuais e, entre estas, especificou a liberdade de trabalho e a liberdade pessoal do trabalhador.

Partindo de um conceito teórico de liberdade e de uma igualdade na prática inexistente, a Revolução de 89 plantou as raízes do liberalismo econômico e, politicamente, sustentou a intangibilidade da pessoa humana frente ao Estado. Como todos sabem, o fundamento doutrinário do liberalismo econômico e do individualismo político é uno e único: iniciativa privada ampla e livre.

A liberdade econômica —dentro das flutuações da lei da oferta e da procura— ampliou a idéia de liberdade individual, em todos os seus aspectos políticos ou sociais. Isso era indispensável para a consecução das finalidades econômicas da Escola de Manchester.

Essa concepção bifrontal se resentia da artificialidade de seus pressupostos. É surpreendente que, embora a experiência os tenha desmentido, foram esses pressupostos a sólida base da construção de um regime político até hoje relevante no contexto de Europa Ocidental e da América.

Não era difícil compreender-se que a lei da oferta e da procura é a lei do mais forte. A lei da selva e da necessidade. Posta em funcionamento, chega, inevitavelmente, ao paradoxo de implantar a ditadura econômica dos grupos produtores, em nome da liberdade política de todos.

Bernard Schwartz, em seu livro *The Great Rights of Mankind*, estudando a história do *Bill of Rights* dos Estados Unidos da América do Norte, mostrou a importância da Revolução Francesa no século XVIII. Sem ela, dificilmente seria criada e executada, naquela época, uma nova concepção política, profundamente renovadora, essencialmente democrática, capaz de derrubar a monarquia absoluta dos reis de França.

A verdade, porém, é que as constituições norte-americanas, anteriores à Declaração dos Direitos do Homem, pouco ou nada consignaram, em suas cláusulas, sobre a *questão social*. Os textos revolucionários franceses cometeram o mesmo erro. A liberdade de trabalho foi definida como capítulo das liberdades humanas e a pessoa do tra-

balhador era olhada e resguardada pelo seu *status* de cidadão, não como trabalhador.

A ausência ou, pelo menos, a pequena importância das cláusulas sociais na doutrina revolucionária dos liberais-individualistas era resultado do espírito da época. Mas, talvez por isso mesmo, a doutrina não foi além dos limites e contingências de seu momento e dessa lacuna nasceu o germe da auto-destruição do novo regime.

Na extensa perspectiva dos movimentos socialistas —variados e, aparentemente, irreconciliáveis— a grande tônica de seus corifeus quase sempre residiu na abstenção do individualismo frente à questão social e na necessidade, cada vez maior e mais urgente, de se atribuírem ao trabalhador —não, apenas, como homem e cidadão, mas, essencialmente, como trabalhador— condições de viver condignamente e de participar, de modo efetivo, na condução dos negócios do Estado.

Luta permanente de classes, união internacional dos trabalhadores, salto revolucionário na evolução sócio-política, supressão violenta do capitalismo e de seus representantes, implantação da ditadura do proletariado são idéias que se concatenam, dentro de um curso lógico, e que, ostensivamente, se sobrepõem ao liberalismo, torcendo o caminho da História, criando uma concepção político-filosófica inteiramente original e preparando o terreno do século xx para a segunda revolução popular ou de massa da Idade Moderna, marcada para 1917, em Moscou e Petrogrado.

Na França de 1789, o revolucionário era o *cidadão*. Na Rússia de 1917, o revolucionário era o *camarada*. Nesse jogo de vocábulos reside a profunda diferença entre a Revolução Política e a Revolução Social.

Nunca tanto quanto nesses dias, que são os nossos, se interpretou o problema político através do fenômeno econômico do trabalho, isto é, da função social do trabalho e da relevância moral da pessoa do trabalhador. Não obstante isso, o comunismo instalou um regime de anulação da personalidade do indivíduo, de massificação da consciência e de supressão das liberdades cívicas.

No jogo dialético das idéias, não há temeridade, nem mesmo risco de erro, em admitir-se que, entre a tese da Revolução Francesa e a antítese da Revolução Russa, a Humanidade espera —ainda indecisa— a oportunidade de uma *terceira revolução de massa*, que poderá sobreviver até o fim do século xx.

Essa terceira revolução popular não precisa, necessariamente, ser sangrenta. Nem o deverá ser, se quiser colocar-se, por via dialética, em uma posição de síntese, como suma dos experimentos históricos anteriores. A liberdade individual não será óbice ao planejamento da vida coletiva do Estado e esse planejamento não implicará na supressão até o fim do século xx.

6. Os grandes movimentos populares da nossa época —liderados por vigorosos homens de ação— foram gerados na meditação dos homens de pensamento. É natural que tenha sido assim, porquanto não se pode admitir uma revolução, muito menos uma revolução social, sem que ela seja deflagrada em função de determinada ideologia. As revoluções vazias de conteúdo ideológico são meras quarrelas episódicas ou arruaças conduzidas pela ambição do líder eventual.

A dicotomia entre “homens de pensamento” e “homens de ação” adquire, por isso, na Idade Moderna, uma significação especial: quando a ação é colocada a serviço da doutrina, fecha-se o círculo lógico e podem despertar-se forças suficientes para subverter a ordem social constituída.

É, por isso, admirável que sejam, não apenas raros, mas raríssimos, os homens públicos que reúnem a virtude dos pensadores e a audácia dos “condottieri”. Lenine é o exemplo clássico, citado por todos os historiadores. Talvez fosse possível acrescentar a esse elenco de homens privilegiados o nome de André Malraux, para dar ao tema o gosto da nossa época.

O homem de pensamento, cada vez mais, se torna politicamente indispensável na preparação e condução dos movimentos populares, que são realizados —físicamente,

digamos— por homens práticos e de ação rápida. Aqueles que *fazem* podem ser homens extraordinariamente cultos e talentosos. Em geral, não chegam a ser homens de pensamento, porque não formulam as doutrinas de comportamento.

Dentro desse ponto de vista, *três documentos* são, realmente, fundamentais, em nosso tempo, para compreensão do conteúdo dos movimentos populares.

A Revolução Francesa, sabidamente, se baseou em um corpo de doutrinas que conduziu ao regime democrático-liberal. A Revolução foi obra de Robespierre, Danton, Saint Just, muitos outros; mas foram os escritores franceses como Montesquieu, Voltaire, Rousseau que lhe deram bases ideológicas, sem as quais ela não teria sentido histórico.

O documento representativo dessa época é a *Enciclopédia*, como obra coletiva, na qual crescem os nomes de D'Alembert, Diderot, Voltaire e dos “enciclopedistas” em geral. Aí se encontra a síntese de uma concepção racionalista, individualista e liberal. É a Bíblia da Revolução Francesa.

Em 1848, Marx e Engels sacudiram a sociedade burguesa nascida da Revolução de 1789, quando lançaram seu célebre *Manifesto*. Ao contrário da *Enciclopédia*, o *Manifesto* de Marx e Engels não é apenas racionalista, é materialista e revolucionário; não é individualista, é socialista; não é liberal, é comunizante.

Até então, o socialismo se resumia à pregação dos “utópicos”. O *socialismo científico*, indo muito além, pôs em cheque a ordem política e a concepção cultural dominantes. A partir de então, todas as variantes do socialismo tiveram como ponto de partida ou, pelo menos, como ponto de referência o *Manifesto* marxista.

Não é possível omitir, também, entre os documentos doutrinários que deram novos rumos à questão social, a *Encíclica Rerum Novarum*, de Leão XIII, que foi o núcleo da moderna “doutrina social da Igreja”.

Ao contrário da *Enciclopédia* e do *Manifesto*, a *Encíclica* não inspirou nenhum movimento armado; mas, pro-

vocou uma revolução ideológica que modificou os métodos de ação da Igreja Católica.

Hoje, a “doutrina social da Igreja”, desdobrada nas sucessivas encíclicas papais, é um corpo de princípios superpostos e vaia além de seu limite inicial, graças a um processo de crescimento doutrinário. Basta considerarmos que, originariamente, a teoria de Leão XIII buscava um confronto com os socialismos. Hoje, o solidarismo cristão é colocado em novo plano histórico: embora salve a pessoa humana do processo de massificação política, a Igreja não se furta a um vigoroso apelo em prol da alteração da ordem capitalista e imagina uma vida nova, baseada no trabalho glorificado. Através desse caminho, chega à Democracia Social.

A doutrina da Igreja, por definição lógica, está separada, por um fosso profundo, do socialismo marxista. Há, entre eles, a distância que medeia entre a concepção espiritualista e a interpretação materialista da História. Não por seus fundamentos filosóficos, portanto, mas por seus resultados práticos e pelos objetivos políticos a que visa, a doutrina da Igreja está, hoje, bastante próxima do socialismo democrático e, sobretudo, da Democracia Social.

Esse fato, que tem causado preocupação e perplexidade, ao alterar os modos de ação social da Igreja, tornou-a realista, objetiva e atuante, aproximando-a do povo.

O fundo cristalino dessa metamorfose continua sendo o amor ao homem, à paz, à ordem e ao desenvolvimento progressivo. A dimensão atual da doutrina católica, por isso, não deve surpreender aqueles que conhecem as origens da Igreja Romana, suas lutas heróicas e o espírito comunitário de seus iniciadores. Hoje em dia, assistimos ao retorno da Igreja às razões anímicas do antigo cristianismo comunitário, que permitiram, não, apenas, sua, sobrevivência, mas, também, sua perenidade.

Esses três documentos revelam, sucessivamente, as bases ideológicas da sociedade democrático-burguesa, da sociedade marxista e de uma sociedade que ainda não existe: a sociedade cristã.

Poder-se-á considerar a *Rerum Novarum* como o co-

meço da síntese dialética entre o liberalismo democrático e o materialismo histórico?

Puro engano!

A doutrina social da Igreja nunca pretendeu sê-lo, nem na sua formulação originária, nem nos seus atuais programas de ação.

Afirmá-lo seria o mesmo que descobrir a *grande síntese* no neocapitalismo, apenas por ser ele intervencionista, solidarista e progressista.

O que não deixa dúvida, entretanto, é que, no seu processo de maturação histórica, a doutrina da Igreja se aproximou da Democracia Social e, moderadamente, do socialismo democrático, este, sim, síntese verdadeira, esperada, procurada e inatingida.

7. Esses fatos, inicialmente, foram avaliados dentro da perspectiva da História e, depois, da Sociologia. Mas, no nosso tempo, ninguém mais contesta que —na essência, na forma e nas conseqüências— tais fatos são *políticos* e constituem objeto da Ciência Política, chamada, com propriedade, de “encruzilhada de todas as ciências sociais”. A complexidade abrangente do fenômeno político é que dá à Ciência que o estuda essa multiplicidade de encontros com outras ciências.

Maurice Duverger, no seu livro *Méthodes de la Science Politique*, deixa claro que seja qual for o conceito que os autores lhe atribuam —*ciência do Poder, ciência do Estado* ou, *simultaneamente, ciência do Poder e do Estado*— o núcleo do objeto é o *Poder*: seu alcance e seu exercício, seu exercício.

Não podemos conceber, na época em que vivemos, que o Poder Político seja alcançado e exercido com eficácia, sem que aqueles que o detêm e o manejam contem com o respaldo do povo, o que equivale a dizer, com o respaldo das massas operárias.

Ressalvadas as ditaduras instituídas por golpes de força, violadoras da vontade popular, o Poder Político não pode ser alcançado sem o apoio do trabalhador e não deve ser

exercido —para que seja plenamente legítimo— sem que ouça e procure atender as reivindicações operárias.

Muito tempo antes de Duverger haver assumido o principado da Ciência Política contemporânea, Leon Duguit viu, na base do Poder Político, a distinção entre governantes e governados, que sabidamente desempenham papéis sociais distintos.

Essa dicotomia não nos parece tão nítida. A legitimidade política do Poder pressupõe a *identidade profunda* entre governantes e governados, suficientemente profunda e forte para que entre eles exista um vínculo de recíproca e permanente confiança.

Esse vínculo não se exaure nos limites dos processos eleitorais. Ao contrário, deve ser o resultado de constante osmose de forças e de acentuada convergência de intenções, programas e ação, dentro do grande contexto nacional.

A identidade entre o eleitor e o candidato ou entre governante e o governado pressupõe unidade de *opinião política*. A opinião política ou, como alguns preferem, no plural, as *opiniões políticas* são formadas por uma espécie de aluvião psicológico que forma o caráter e a ideologia do cidadão. Essas opiniões nascem, aos poucos, na família, na escola, na igreja, na convivência dos amigos e, muito especialmente, através do *exercício profissional do trabalho* a que cada um e todos nós nos dedicamos.

A importância das opiniões políticas é notória. Elas estão presentes nos pleitos eleitorais, nos programas partidários, na ação governamental, no relacionamento entre governantes e governados. Avaliando essas opiniões, em sua obra *Introduction to the Political Science*, Rodee, Anderson, Christol e Greene procuraram descobrir qual o *fator* que contribui, *preponderantemente*, para a estabilidade ou para a instabilidade da sociedade nacional.

A resposta, porém, havia sido dada, vários séculos antes, por Maquiavel, que, juntamente com Aristóteles (antes dele) e Montesquieu (depois dele), forma o triunvirato da Ciência Política universal.

Segundo o pensador florentino, a estabilidade do grupo social é alcançada “na medida em que coincidam a *conduta política* e os *hábitos sociais* do cidadão com as normas de comportamento prescritas pela Constituição”.

Se Maquiavel repetisse, hoje, o antigo conceito, talvez dissesse: A estabilidade política da sociedade pode ser mantida na proporção em que as normas de comportamento prescritas pela constituição —fielmente respeitadas— permitam a expansão da liberdade individual, o progresso econômico, a ordem coletiva, a segurança individual do trabalhador em face da vida e o crescente aperfeiçoamento da solidariedade humana.

Em última análise, a “argamassa” desses conceitos fundamentais cimenta a base da Justiça Social.

8. Não parece ser temeridade dizer-se que, de um modo geral, as grandes transformações políticas da nossa Era têm como matriz a chamada “Revolução Industrial”.

A libertação da força física, pelo uso da máquina, foi a obra de homens animados pelo “sopro de Prometeu”. Desde os “fiandeiros *virtuosi*”, que teciam dois fios ao mesmo tempo, e da máquina a vapor de Watt, a técnica vem libertando, progressivamente, o homem da condenação bíblica que lhe impôs o trabalho muscular.

A tecnologia idólatra endeusou a máquina e a máquina, além de libertar o homem do trabalho físico, deu-lhe, pela produção em massa, uma surpreendente “fatura de bens de consumo”. René Fullop Miller, escrevendo sobre “Os Grandes Sonhos da Humanidade”, lembrou que, na época de Confúcio, as classes mais favorecidas dispunham de mil objetos diferentes; enquanto, na década de 1930, qualquer magazine de grande porte, nos países industrializados, oferecia aos seus clientes um catálogo de duzentos mil artigos diversos.

Como previu o mesmo autor, a máquina e seus sacerdotes, conduzidos nas asas de seus êxitos, procuraram libertar o homem do trabalho intelectual de pensar e dirigir.

A computação eletrônica nos deu a “máquina de pensar”. Mas não nos deu, até agora, a “máquina de sentir”.

A máquina de sentir, na verdade, é o homem ou, por sucessivas projeções, a multidão. Ele e ela, apenas ela e ele têm a força anímica do sentimento. Essa força cria a paixão, a solidariedade, o ideal. Abre o caminho para que a ideologia política encontre o clima psicológico e popular indispensável à sua institucionalização.

O culto da técnica vem de longe. Ele estava presente na premonição dos iluminados. Paracelsus, por exemplo, disse: “A Magia pode fazer com que se ouça a voz humana através do oceano e que se percorra, em um dia, a distância que um mensageiro a cavalo percorre em um mês”.

Na verdade, em nossa época, todos perdemos a noção do espaço e do tempo. Esse fenômeno é mágico. A Tecnologia é a Magia do nosso século.

A sofisticação da moderna maquinaria —insuspeitada nos primórdios e no fastígio da “Revolução Industrial”— multiplica, todos os dias, as estatísticas da produção de bens.

Como não se chegou, porém, a um regime adequado de distribuição equânime desses bens, a *faturo da produção* é diretamente proporcional à *abundância da miséria*.

Isso explica a insatisfação do trabalho, pois, participando da produção, ele não participa, adequadamente, de seus frutos ou resultados. Esse é o “motor originário” das convulsões político-sociais do século xx. E continuará a sê-lo, até que se reconheça que o Trabalho é a principal e mais nobre força de criação da riqueza nacional, devendo, por isso, dela participar largamente, dentro de um regime político justo.

Esse conceito teórico e a realidade prática de um operariado conscientizado, solidário, unido e ativo fizeram com que o trabalhador se transformasse em um polo de ação política.

Não há, modernamente, concepção doutrinária, programa partidário ou plano de ação governamental que não tenha por ponto de referência a figura do trabalhador (como massa eleitoral) e o movimento operário (como expressão ideológica).

As massas operárias, facilmente, foram marginalizadas, ao longo da História, enquanto permaneceram *desorganizadas*. Os seus prohomens o compreenderam. Daí seus esforços para arregimentar, *organicamente*, os trabalhadores. Esse esforço se processou em dois planos sucessivos e inter-ligados: no *sindicato* e no *partido político*. Não em qualquer partido político, apenas porque seu programa se aproxime dos interesses da classe operária. Mas no partido político *do trabalhador*, fundado e dirigido com a colaboração de trabalhadores líderes e voltado, por inteiro, para conquistas claramente operárias.

9. O *sindicato*, como organização profissional, é a trincheira da luta de classes. Mas, além disso, sobretudo nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, é o legítimo representante da classe operária. Foram numerosas as decepções sofridas pelos trabalhadores, ante as fragilidades e os fracassos do sindicalismo. Mesmo assim, o sindicato continua sendo a principal arma de luta de que o trabalhador dispõe.

Não há, por isso, nada de extraordinário em se reconhecer que o sindicato, sem perder suas atribuições clássicas como órgão de reivindicação, assumiu, na vida moderna, um papel nitidamente político.

Os juristas repetem que o sindicalismo não pode ter implicações políticas. Mas —como escreveu Rafael Caldera— a verdade nos desmente todos os dias. A política penetra no sindicato. Motiva o trabalhador. Muitas vezes, conduz o movimento sindical.

É preciso lembrar, com ênfase, por isso, que o sindicato *não é órgão político-partidário*. Ele pode ter a tem irreversível tendência a absorver ideologias. Faz parte da motivação da luta operária a convicção política. Não se pode, entretanto, admitir, com bom senso, que o sindicato se transforme em *instrumento da política partidária*, submetendo-se a programas estranhos à classe e servindo a interesses dos políticos profissionais.

A ideologia do sindicato —quando fortemente democrática— não é apenas admissível. Pode ser, também, louvável.

vel. A doutrina democrática, bem compreendida e firmemente usada pelo movimento sindical, é um escudo. Serve de couraça resistente que o defende dos ditadores, que sempre pretendem dominar o operariado através do controle de seus órgãos de classe.

O sindicato, embora embebido de ideologia política, não pode ser instrumento de ação partidária. Mas é natural que ele contribua para a criação de partidos políticos que, fora da estrutura interna e dos muros do sindicalismo, se proponham a defender os princípios e as reivindicações dos trabalhadores.

Veja-se o exemplo britânico: —As facções de Lancaster e York, no tempo de Carlos I, abtiram a fase da guerra civil da Grã-Bretanha. Delas se projetaram, no século XVIII, os *tories* e *whigs*, governo e oposição; assim como, no século XIX, os conservadores (de origem aristocrática) e os liberais (formados pela classe média). Apenas em 1900, no dealbar do nosso século, foi fundado o Partido Trabalhista, com apoio direto e ostensivo das associações socialistas e *dos sindicatos*.

O Partido Trabalhista Britânico —como os demais partidos contemporâneos similares— não é, estritamente, um *partido de classe* ou *de trabalhadores*, ao contrário do que, por exemplo, pretende ser o Partido Comunista. Como acentua Robert Mackenzie, em *British Polical Parties*, o Partido Trabalhista Britânico nutre-se de outros “importantes afluentes”, oriundos da classe média e da alta burguesia. Ninguém lhe contesta, contudo, o privilégio de ser um dos mais vigorosos padrões da função política dos trabalhadores e dos sindicatos no regime capitalista e na democracia liberal.

Os partidos dessa natureza, embora contando com o apoio indispensável dos trabalhadores, não são, realmente, *partidos operários*. O *partido do trabalhador* é algo diverso e constitui experiência recente. Foi uma iniciativa do socialismo internacional.

É claro que há margem para duvidar-se da autenticidade de muitos desses partidos. Inclusive nas nações socialistas, algumas vezes, eles são definidos, por críticos

amargos, como meros instrumentos de grupos dominantes e elites favorecidas. Por outro lado, nas nações capitalistas, há exemplos de *partidos do trabalhador* manejado por interesses ocultos e, até mesmo, alheios à luta operária.

Como experiência nova, o *partido do trabalhador* corre o risco dos revestimentos de estuque, das pregações posições e do assalto dos aventureiros.

Apesar de tudo, hoje se reconhece que um dos fenômenos políticos mais importantes do nosso mundo é a formação, em número cada vez maior e nas nações mais diversas, de partidos dessa natureza.

Tais agremiações, em geral, representam uma aliança entre trabalhadores e intelectuais. O movimento político, em qualquer nível, não abre mão da presença e da palavra dos pensadores. Não obstante a organização se apresente e auto-defina como *partido do trabalhador*, ela não pode rejeitar a contribuição da inteligência. Esse acasalamento do trabalho físico com o espírito criador marca a nossa época.

Independentemente do seu conteúdo filosófico e dos seus métodos de ação pragmática (comunista, socialista ou democrático), o *partido do trabalhador* é relevante pelo simples fato de existir. Em outras palavras: porque nele se reflete um estado de espírito que *permite sua existência*, com programas fundados em reivindicações essencialmente populares, com líderes nascidos da classe operária e —quando forem, de fato, democráticos— obedientes ao comando das massas que formam a *base* da organização.

Graças a esses partidos, pela primeira vez na História, os trabalhadores, diretamente, como líderes obreiros, ou, indiretamente, através de intelectuais comprometidos com o movimento operário, procuram e podem alcançar o poder.

A importância que atribuímos a esses experimentos —descontadas as fraudes, as explorações, os fracassos, as segundas intenções que se escondam em seus bastidores— reside em uma verificação histórica: A classe trabalhadora deixou de ser instrumento de manobras alheias e transformou-se, após penoso movimento de libertação, no coad-

juvante principal e, até mesmo, no dirigente máximo do processo político moderno.

Existem, portanto, razões de sobra para que a democracia procure exercer sua poderosa *vis atractiva* sobre as massas operárias e seus partidos.

Mas, para que o consiga, a nova democracia precisa modelar-se de acordo com os estilos, aspirações e necessidades do trabalhador.

Se não for assim, o movimento operário pode voltar a ser um instrumento de manobra e servir aos corifeus da ditadura.

Em verdade —e não raro— por detrás da aparência democrática da fachada política, movem-se, surdas e crespas, as ondas ideológicas de um processo de dominação da classe operária. De utilização da sua boa-fé, de sua pobreza e da sua angústia. De supressão da liberdade do povo.

No horizonte político, tudo o que se vê nem sempre é tudo.

Saint Exupéry —misto de poeta e aventureiro, escritor e águia do espaço— somando a sabedoria prática à simbologia literária, escreveu em uma de suas obras: “O importante é aquilo *que não se vê*”.

Isso ocorre na política. Mostram-nos o óbvio, o supérfluo, o desnecessário, o ilusório. Escondem-nos, porém, o essencial, onde reside o decisivo: aquilo que —se revelado— poderia pôr à mostra, cruamente, aos olhos e ao julgamento do povo e dos trabalhadores, as misérias, fraquezas e tergiversações da vida política de um país. De todos os países.